

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ESVÂNIA DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS PÚBLICOS DIANTE DA
NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO
SETOR PÚBLICO**

**CACOAL - RO
2015**

ESVÂNIA DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS PÚBLICOS DIANTE DA
NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO
SETOR PÚBLICO**

Artigo Científico apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis/Controladoria.

Orientadora: Profa. Ms. Ellen Cristina de Matos.

**CACOAL - RO
2015**

Silva, Esvânia da.
S586p A percepção dos profissionais contábeis públicos diante da nova contabilidade aplicada ao setor público/ Esvânia da Silva – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
39 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Profa. Ms. Ellen Cristina de Matos.

1. Contabilidade pública. 2. Patrimônio público. 3. Normas brasileiras de contabilidade. I. Matos, Ellen Cristina de. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 657:336.1

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo científico - TCC intitulado “A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS PÚBLICOS DIANTE DA NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO”, elaborado pela acadêmica Esvânia da Silva, foi avaliado pela banca examinadora em 26 de Junho de 2015, e aprovado pela banca examinadora formada por:

Profa. Ms. Ellen Cristina de Matos
Presidente

Profa. Maria Bernadete Junkes, PhD
Membro

Profa. Ms. Maria Liliane Nery de Andrade
Membro

Agradeço a Deus, pelo fim de mais essa etapa, pelos sonhos que se concretizam. Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. Agradeço-te por nunca me deixar esquecer mesmo em meio aos desertos, que sou uma de suas favoritas.

A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS PÚBLICOS DIANTE DA NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Esvânia da Silva¹

Resumo: Desde o ano de 2008, o Brasil anunciou que realizaria a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASPs) aos padrões internacionais de contabilidade. O ano de 2014 foi definido como o prazo final para implantação integral dos procedimentos patrimoniais específicos e a partir do ano de 2015 os entes públicos estão obrigados a adequarem-se aos novos padrões estabelecidos quanto aos seus procedimentos contábeis. A Secretaria do Tesouro Nacional visando aperfeiçoar os procedimentos e normas reedita anualmente o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público para nortear os profissionais que atuam nos entes que devem seguir os parâmetros das NBCASPs. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos profissionais da área contábil pública, quanto à implantação e implementação da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público nas prefeituras municipais do Estado de Rondônia. Como metodologia foi utilizada uma abordagem qualitativa, a qual foi dividida em pesquisa bibliográfica e de campo, sendo que na pesquisa de campo aplicou-se um questionário aos profissionais contábeis que atuam nas prefeituras do Estado de Rondônia, o qual foi encaminhado via *e-mail*. Quanto aos resultados, apesar das dificuldades encontradas pelos profissionais, como falta de pessoal e apoio do gestor, estes têm buscado atender a legislação, principalmente no cumprimento dos prazos estabelecidos para implantação das normas. Quanto aos procedimentos patrimoniais relativos aos bens de uso comum e a implantação do Sistema de Informação de Custos ainda tem muito a realizar, sendo que este último ainda encontra-se em fase de estudos técnicos.

Palavras-chaves: Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Patrimônio Público, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

1 INTRODUÇÃO

Os esforços para unificar mundialmente a contabilidade pública, envolvem tanto a atividade de organismos de abrangência global como a *International Federation of Accountants* (IFAC), que desenvolve as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), e são normas de contabilidade voltadas para o setor público no mundo inteiro, bem como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) responsável pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as quais norteiam os passos a serem seguidos pelas entidades públicas rumo à convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais de contabilidade (FEIJÓ, 2013).

Um dos pontos principais da transição na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é a mudança do enfoque contábil, o qual anteriormente (conforme a Lei n. 4320/64) era centrado no controle orçamentário; assim a gestão pública volta-se para realização de uma contabilidade pública patrimonial, no sentido de resgatar o patrimônio público como objeto de

¹ Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Francisco Gonçalves Quiles, com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação da Professora Ms. Ellen Cristina de Matos.

estudo, devendo, portanto, o gestor público estar atento a esse patrimônio, uma vez que este pertence a toda a sociedade, a qual atua como fiscalizadora das ações dos gestores públicos (ROSA, 2011).

Assim, as novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NCASP) convergidas aos padrões internacionais requerem do profissional contábil que atua no setor público o exercício de um papel central na gestão pública de fornecer informações úteis e confiáveis ao gestor público, pois é de competência daquele profissional a responsabilidade de apresentar, por meio do seu trabalho, objetividade e transparência em relação aos recursos financeiros e patrimoniais canalizados para a entidade em que atua, tornando-se um agente principal nesse processo de mudança na contabilidade pública brasileira (CRCPR, 2014).

Contudo, no Estado de Rondônia para que se atenda à convergência das NBCASP esses profissionais, devem seguir a Instrução Normativa Nº. 30/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO) que determina aos Poderes e Órgãos estaduais e municipais do Estado de Rondônia a adoção obrigatória do Plano de Contas, das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos a que se refere às Portarias STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012, define o cronograma de implementação das novas regras aplicadas à contabilidade pública, além de estabelecer que os municípios deveriam atender aos procedimentos patrimoniais e específicos de forma gradual em 2012 e, integralmente, até o final do exercício de 2014 (TCE/RO, 2012; BRASIL, 2011).

Como questão da pesquisa considerou-se: qual a percepção dos profissionais da área contábil pública, que atuam nas prefeituras do Estado de Rondônia, quanto à implantação e implementação da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público? Portanto, para responder ao questionamento proposto constituiu-se como objetivo geral da pesquisa: analisar a percepção dos profissionais da área contábil pública, quanto à implantação e implementação da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público nas prefeituras municipais do Estado de Rondônia.

Visando propiciar o alcance ao proposto no objetivo geral, o estudo apresentado teve como objetivos específicos norteadores: 1) discutir na literatura e na legislação os aspectos históricos e conceituais relacionados ao processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; 2) identificar as prefeituras do Estado de Rondônia que cumpriram os prazos estabelecidos pela legislação para a convergência das normas; 3) conhecer o perfil do profissional contábil que está em exercício na gestão pública, identificando seu conhecimento sobre o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público às normas internacionais.

A pesquisa sobre o tema justifica-se por inserir-se no âmbito social, como fonte de informações seja de referencial teórico ou por meio do levantamento de informações, o que possibilita aos profissionais contábeis fazer comparações e análises dos resultados obtidos de outros municípios com o seu município.

No ambiente acadêmico insere-se como fonte de consulta bibliográfica para futuras pesquisas; e principalmente, por tratar-se de uma pesquisa em que o assunto é debatido desde 2008 e os resultados obtidos deste processo no Estado de Rondônia ainda é escasso para que se possa ter uma ideia geral de como se encontra o processo de convergência das normas e assim poder utilizar como fonte de pesquisa documental e/ou bibliográfica;

Para averiguação do problema foi realizado uma pesquisa de campo no período de 21 de janeiro a 30 de abril de 2015 em que foi enviado, via e-mail, a estes profissionais um questionário com questões abertas e fechadas para coletar dos dados.

Portanto como base teórica, o presente trabalho aborda desde a evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), em um contexto global e finaliza ao buscar a realidade local ao tratar da nova CASP no Estado de Rondônia, tendo como principais fontes as Resoluções do CFC, as obras de Carvalho e Ceccato (2014), Feijó (2013), Silva (2012), Rosa (2011), Slomski (2009) e a Instrução Normativa Nº 30/2012 do TCE-RO.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta uma pesquisa na literatura sobre a contabilidade pública e o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, abordando aspectos relacionados à evolução da contabilidade pública, harmonização das normas, a nova contabilidade e seus aspectos legais, o patrimônio público, os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público, o perfil do profissional que atua na contabilidade pública e a nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Estado de Rondônia.

2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO BRASIL

A contabilidade surge de forma rudimentar, quando o homem primitivo procura meios de contabilizar seu rebanho e vai evoluindo com o passar do tempo, devido à necessidade que os mercadores têm de guardar na memória quantidades e valores das mercadorias, bem como seu patrimônio (CFC, 2009; GONÇALVES, 2010).

Nesse contexto a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) vai surgindo do ramo da contabilidade aplicado às empresas, muito embora possuam objetivos e resultados

distintos, pois a contabilidade empresarial visa mais o resultado do exercício, seja lucro ou prejuízo, enquanto que a contabilidade pública busca estudar o exercício financeiro do estado, exercício que compreende as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas (SILVA, 2012).

Assim, o contexto histórico da CASP no Brasil está descrito na figura 01:

Ano	Contexto histórico
1808	A CASP no Brasil tem origem no período colonial com a vinda da família real quando D. João VI, entre os primeiros atos, criou o Erário Régio e instituiu o Conselho da Fazenda por intermédio do alvará de 28 de junho de 1808, onde a contabilidade aparece com a finalidade de centralizar todos os negócios pertencentes à arrecadação, distribuição e administração da Fazenda Pública, fato determinante do controle da coisa pública, é onde começa a prática do método das partidas dobradas (SILVA, 2012; CFC, 2009; SLOMSKI, 2009).
1890	De acordo com relato do então ministro da fazenda Ruy Barbosa, a situação financeira do governo federal era de um total desequilíbrio entre a receita e a despesa (FEIJÓ, 2013).
1905	A contabilidade vai se adequando à realidade do país, com a reforma do sistema contábil do Tesouro e sua organização, bem como surge o balanço de ativo e passivo da União. Entretanto, a evolução da contabilidade sempre ficou limitada pela carência de recursos tecnológicos, principalmente no que se refere à velocidade com que tais informações são obtidas pelos usuários (CFC, 2014; SILVA, 2012).
1931	De acordo com a auditoria realizada, o governo não dispunha de uma contabilidade e registros eficazes do montante nem outro tipo de sistema de gestão que propiciasse transparência sobre as contas externas e assim o governo já não podia saldar suas dívidas junto aos credores, pois não tinha o controle das receitas e despesas (FEIJÓ, 2013).
1960	As informações passaram a ser mais ágeis devido ao surgimento dos primeiros computadores, onde os sistemas manuais passaram a ser automatizados e uma das carências era a limitação desses equipamentos, devido ao grande número de usuários (CFC, 2009).
1964	É implantado o modelo de contabilidade com a edição da Lei nº. 4.320/64 que sistematizou as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos, da gestão do caixa e dos balanços anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ocorrendo assim, a padronização na contabilização das operações e a normatização da dinâmica patrimonial nesses órgãos, a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) como órgão formulador de políticas econômicas e o Banco Central do Brasil (BACEN) como órgão executor e fiscalizador dessas políticas, lembrando que desde 1922 já existia a Contadoria Central da República e o Regulamento Geral da CASP (FEIJÓ, 2013; SILVA, 2012).
1980	As instituições de finanças públicas ainda apresentavam desorganização e despreparo quanto aos instrumentos que tratavam do planejamento, execução e controle de suas atividades, pois gastava-se mais do que arrecadava, sem ter a mínima clareza de quanto se gastava a mais e a contabilidade atendia apenas a lei, não auxiliava na tomada de decisões com as informações que poderia disponibilizar (FEIJÓ, 2013).
A partir de 1980	Começa a organização das instituições de finanças públicas, onde surge a unificação orçamentária integrando o orçamento fiscal, da seguridade social e de desenvolvimento das empresas estatais; a separação de funções, ficando o Banco Central responsável pela atuação na política monetária, o Tesouro Nacional pela política fiscal e o Banco do Brasil como banco comercial (FEIJÓ, 2013).

Figura 01: Contexto histórico da evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil.

Fonte: SILVA (2012); SLOMSKI (2009); FEIJÓ (2013); CFC (2014); CFC (2009). Adaptado pela autora (2015).

Contudo, Slomski (2009) ressalta que somente duas décadas após a promulgação da Lei nº. 4.320/64 a contabilidade pública no Brasil alcançou sua maioria devido à propagação do microcomputador, o que possibilitou a criação de sistemas informatizados de controle como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

e outros criados para execução, registro, acompanhamento e controle das finanças públicas brasileiras.

Diante do exposto segue o contexto das mudanças do processo de convergência e harmonização, representando o início de mais um avanço na contabilidade pública.

2.2 CONVERGÊNCIA E HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Para que a contabilidade seja entendida por todos, a contabilidade pública internacional tem visado à harmonização dos padrões e o alinhamento de práticas e procedimentos contábeis para os entes públicos, o que representa uma série de esforços para unificar mundialmente a contabilidade (SALAROLI; ALMEIDA, 2014).

Na busca por desenvolver normas convergentes em 07 de outubro de 1977, em Munique, na Alemanha, no 11º Congresso Mundial de Contadores foi fundada a *International Federation of Accountants* (IFAC). A IFAC atua como organismo de abrangência global e que não visa lucros, o qual é responsável por desenvolver normas internacionais de contabilidade voltadas para o setor público com intuito de fortalecer a profissão contábil na área pública, em todo o mundo (SALAROLI; ALMEIDA, 2014; FEIJÓ, 2013).

Assim, a IFAC emite as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) que são um conjunto de normas contábeis para uso na preparação das demonstrações financeiras por entidades públicas do mundo inteiro (FEIJÓ, 2013).

Contudo, no Brasil, o anúncio de que o setor público também seguiria os padrões internacionais ocorreu em agosto de 2008 na cidade de Gramado/RS, durante o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade, por meio da publicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, a qual dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a se tornarem convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (BRASIL, 2008; FEIJÓ, 2013).

Assim, com a convergência das NBCASP aos padrões internacionais a contabilidade pública vem passando por mudanças significativas, onde o novo modelo proposto tende a resgatar o que ficou para trás, ou seja, a contabilidade como ciência e seu objeto de estudo: o patrimônio da entidade pública (FEIJÓ, 2013).

Um dos pontos principais da transição na CASP é a mudança do enfoque contábil, o qual anteriormente (conforme a Lei n. 4320/64) era centrado no controle orçamentário; assim

a gestão pública volta-se para realização de uma contabilidade pública patrimonial, no sentido de resgatar o patrimônio público como objeto de estudo, devendo, portanto o gestor público estar atento a esse patrimônio, uma vez que este pertence a toda a sociedade, a qual atua como fiscalizadora das ações dos gestores públicos (ROSA, 2011).

Portanto, antes de tratar das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que são as peças fundamentais nesse processo é preciso conhecer os aspectos legais aplicados à contabilidade pública no Brasil.

2.3 A NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA E SEUS ASPECTOS LEGAIS

Os avanços dos meios de comunicação possibilitam que a sociedade acompanhe as mudanças que vão ocorrendo em todos os segmentos. Isso faz com que a contabilidade procure assumir um papel de destaque no cenário mundial, uma vez que passa a incorporar em sua política de divulgação elementos de responsabilidade social das entidades (SLOMSKI, 2009).

Nesse sentido Feijó (2013) complementa que o Brasil evoluiu ao longo dos anos e está sempre se aperfeiçoando em seus instrumentos de gestão das contas públicas, tendo como marco histórico a edição desta Lei nº. 4.320/1964, a qual estabelece diversos procedimentos contábeis gerais, envolvendo as funções de registro de todos os acontecimentos da entidade, evidenciação das informações contábeis, mensuração de ativos e passivos e de suas variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas, entre outras; possibilitando o acesso da informação por parte da sociedade, para melhor acompanhar a administração pública.

No ano de 2000 entra em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, sendo um dos mais fortes instrumentos de transparência em relação aos gastos públicos por indicar os parâmetros para uma administração eficiente, o que proporciona maior importância e visibilidade à contabilidade ao dar forma ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e ao inovar com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) por meio do qual objetiva-se demonstrar se as metas foram atingidas e se os limites estabelecidos na LRF não foram ultrapassados (LUNELLI, 2014).

A LRF também passou a exigir que as receitas vinculadas tenham a contabilização de onde está evidenciado o que já foi aplicado e qual é o saldo, disciplinando assim, a gestão dos recursos com o objetivo de garantir a saúde financeira de Estados e Municípios, os quais

devem elaborar e publicar relatórios e anexos com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos (LUNELLI, 2014; STN, 2013).

E com as ações estabelecidas pelo CFC, o Brasil segue o início de uma verdadeira revolução contábil, objetivando promover o desenvolvimento conceitual da contabilidade pública, estimular a convergência das práticas contábeis vigentes para os padrões internacionais de contabilidade, fato considerado como a maior mudança na contabilidade brasileira e por fim, fortalecer institucionalmente a contabilidade do Setor Público (FEIJÓ, 2013; ROSA, 2011).

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) destaca alguns benefícios gerados com a adoção dos procedimentos e Normas Internacionais de Contabilidade.

- Geração de informação útil para a **tomada de decisão** por parte dos gestores públicos;
 - **Comparabilidade** entre os entes da federação e entre diferentes países;
 - Registro e acompanhamento de transações que afetam o patrimônio antes de serem contempladas no orçamento;
 - Melhoria no processo de **prestação de contas**, tanto por parte dos tribunais e órgãos de controle, quanto pela sociedade;
- A implantação de **sistema de custos** no Setor Público, conforme previsto na LRF;
- Elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (consolidação nacional das contas dos entes da Federação), conforme previsto na LRF;
 - Racionalização e melhor **gestão** dos recursos públicos;
 - Reconhecimento do **profissional contábil** no setor público (STN, 2013).

Como parte desse processo evolutivo o CFC publicou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, também conhecidas como NBC T 16, abordadas a seguir.

2.4 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) elaboradas pelo CFC norteiam os passos a serem seguidos pelas entidades públicas rumo à convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais de contabilidade, conforme apresenta a figura 02.

NORMA	N. RESOLUÇÃO	DISPOSIÇÃO
NBC T 16.1	Resolução nº. 1.128/08	Estabelece a conceituação, o objeto e o campo de aplicação da CASP. Sendo a CASP o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios e as normas de contabilidade. É uma ramificação da contabilidade geral, tornando-se, uma ciência social não exata, a qual tem como objeto de estudo o patrimônio público de determinada entidade. E tem por objetivo deixar o usuário informado sobre os resultados obtidos nas operações realizadas e nos aspectos de natureza orçamentária quando estes usuários são convidados a participar da elaboração dos instrumentos de planejamento do orçamento público, bem como participar dos aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações. Já o patrimônio público está vinculado a alguma entidade, a qual se torna o campo de aplicação da CASP, sejam os poderes executivos, legislativos e judiciários, os quais devem observar as normas e as técnicas próprias, sendo o uso integral pelas entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; e parcial, as demais entidades do setor público, para garantir assim os procedimentos suficientes de prestação de contas em atendimento aos princípios da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CFC, 2008; CARVALHO; CECCATO, 2014; ROSA, 2011; CRUZ; NETO, 2007; BRASIL, 1988; HADDAD; MOTA, 2010; QUINTANA <i>et al</i> , 2011; CFC, 2008).
NBC T 16.2	Resolução nº. 1.129/08	Estabelece seu conceito, sua classificação sob o enfoque contábil, bem como o conceito e a estrutura do sistema de informação contábil, sendo este estruturado em subsistema de informação orçamentária, patrimonial, custos e compensação (CFC, 2008).
NBC T 16.3	Resolução nº. 1.130/08	Estabelece as bases para controle contábil do planejamento desenvolvido pelas entidades do setor público, expresso em planos hierarquicamente interligados que permita a comparação das metas programadas com as realizadas, e evidenciando as diferenças relevantes por meio de notas explicativas (CFC, 2008).
NBC T 16.4	Resolução nº. 1.131/08	Estabelece conceitos, natureza e tipicidades das transações no setor público sendo definidas como os atos e os fatos que promovem alterações no patrimônio das entidades do setor público (CFC, 2008).
NBC T 16.5	Resolução nº. 1.132/08	Estabelece o critério para o registro contábil no sentido de manter os procedimentos uniformes e obedecendo a rigorosa ordem cronológica (CFC, 2008).
NBC T 16.6	Resolução nº. 1.133/08	Estabelece as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público, sendo elas: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico, as quais devem apresentar informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade (CFC, 2008).
NBC T 16.7	Resolução nº. 1.134/08	Estabelece a abrangência e procedimentos para consolidação das demonstrações contábeis no setor público, na qual a consolidação ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada, possibilitando assim a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social, as quais devem ser complementadas por notas explicativas que contenham dentre outras, as razões pelas quais os componentes patrimoniais de uma ou mais entidades do setor público não foram avaliados pelos mesmos critérios, quando for o caso (CFC, 2008).

(continua...)

(continuação)

NORMA	N. RESOLUÇÃO	DISPOSIÇÃO
NBC T 16.8	Resolução nº. 1.135/08	Estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público, no sentido de auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações, bem como cuidar da preservação do patrimônio público (CFC, 2008).
NBC T 16.9	Resolução nº. 1.136/08	Estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, que se refere à redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência; da amortização, que é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado; e da exaustão que trata da redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis (CFC, 2008).
NBC T 16.10	Resolução nº. 1.137/08	Estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, destacando a contabilização dos ativos permanentes de uso comum representados pelas ruas, praças, rios e outros (CFC, 2008).
NBC T 16.11	Resolução nº. 1.366/11	Estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresenta o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), o qual registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública a fim de apoiar a avaliação de resultados e desempenhos (CFC, 2011).

Figura 02: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Fonte: CFC (2008); CFC (2011); CARVALHO e CECCATO (2014); ROSA (2011); CRUZ e NETO (2007); BRASIL (1988); HADDAD e MOTA (2010); QUINTANA, [...*et al.*] (2011). Adaptado pela autora (2015).

Portanto, as normas contábeis direcionam a gestão pública orçamentária quando se refere à estimativa de receitas e a fixação de despesa, gestão financeira, de custos e de compensação, bem como a realização do controle patrimonial de entidades do setor público quando a gestão do patrimônio visa ao chamado lucro social para ser utilizado em benefício de toda população ou parte dela, assim as informações devem ser úteis, oportunas, inteligíveis e autênticas a todos que utilizam como fonte de conhecimento e acompanhamento (CARVALHO; CECCATO, 2014; ANDRADE, 2013; SILVA, 2012; CFC, 2008).

Contudo, a contabilidade pública exerce uma função social ao refletir, de maneira sistemática, o ciclo da administração pública que envolve as etapas desde o planejamento, programação, orçamento, execução, controle até a avaliação, para que assim possa auxiliar no processo de tomada de decisão pelos gestores e estes prestem contas adequadamente; e na instrumentalização do controle social que parte do compromisso profissional de prestar informações que sejam compreensíveis e proveitosas a sociedade na atuação de sua soberana atividade de fiscalização do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos (CARVALHO; CECCATO, 2014; SILVA, 2012; ROSA, 2011; CFC, 2008).

2.5 O PATRIMÔNIO PÚBLICO E SEU TRATAMENTO PELA NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Ao longo da história brasileira o foco maior do setor público sempre foi no controle orçamentário e financeiro, ficando a gestão patrimonial de lado. Entretanto várias ações estratégicas estão em curso no sentido de resgatar a contabilidade pública como ciência e o patrimônio público como objeto de estudo (QUINTANA *et al.*, 2011; ROSA, 2011).

Com a mudança de foco, a contabilidade não deixará de realizar os registros referentes ao orçamento público, apenas resgatará a sua essência, registrando os atos e fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio público, sem descuidar, no entanto, dos registros orçamentários (STN, 2013).

Nesse contexto a NBC T 16.1, define patrimônio público como sendo:

Conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuros, inerentes à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações (CFC, 2008).

Nesse sentido, Nascimento (2008) diz que as práticas contábeis vigentes no Brasil quanto ao registro do patrimônio público, estão distantes dos preceitos da contabilidade patrimonial integral e dos princípios e práticas contábeis geralmente aceitos.

Os bens públicos não são totalmente contabilizados, gerando uma lacuna no registro do patrimônio público. Se uma entidade incorre em uma despesa ou financiamento para construir determinado bem de uso comum – uma estrada, por exemplo – não há registro do bem (estrada) no ativo em contrapartida. Dessa forma, a distorção se verifica na situação líquida patrimonial, uma vez que o ativo estará subavaliado e o passivo conterà o registro correto (NASCIMENTO, 2008).

Para Andrade (2013) o conceito de Patrimônio foi ampliado com a edição das normas contábeis e os princípios de contabilidade, uma vez que houve o fortalecimento dos bens intangíveis na economia, os quais muitas vezes eram ignorados, bem como não se pode deixar de registrar na contabilidade pública as ruas, estradas, parques, praças, rios entre outros que formam os bens de uso comum a serem utilizados pela sociedade, pois estes se incluem no conceito de formação e produção do patrimônio público, o qual se encontra estruturado em grupos de ativo, passivo e patrimônio líquido.

Portanto, para que o patrimônio da entidade seja refletido na totalidade e de forma clara pela contabilidade é necessário que os recursos físicos sejam considerados na prestação de serviços, mensurando e procedendo ao registro da depreciação desses bens como custo dos serviços prestados à sociedade, assim como os bens de infraestrutura construídos pela

administração pública e os naturais, que são os considerados de uso comum do povo (SLOMSKI, 2009).

2.5.1 Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público

Os princípios são o ponto de partida que sustentam qualquer área do conhecimento. Com as novas demandas sociais por informações, os demonstrativos elaborados pela contabilidade pública devem facilitar a interpretação dos fenômenos patrimoniais, o acompanhamento do processo orçamentário a análise dos resultados econômicos e o fluxo financeiro (CFC, 2007).

Assim, os princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, são definidos conforme figura 03:

PRINCÍPIO	FUNDAMENTAÇÃO
Entidade	Afirma-se para o ente público, pela autonomia patrimonial, uma vez que o patrimônio é destinado à sociedade, do qual os agentes públicos são responsáveis e são obrigados a prestar contas dos bens a ele pertencentes (ROSA, 2011; CFC, 2007).
Continuidade	Enquanto a finalidade for a destinação social do seu patrimônio a entidade existirá (CFC, 2007). O que está relacionado com a ação eficaz em que se atingem os objetivos dentro do que foi previsto, obtendo a eficiência e a economicidade, na qual os profissionais devem pensar ao deixar de fazer um bem ou serviço, ou seja, o custo de oportunidade de uma decisão (FEIJÓ, 2013; SLOMSKI, 2009).
Oportunidade	É base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis e que as variações ocorridas no patrimônio devem ser reconhecidas na sua totalidade, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma (CHAVES JR., 2012).
Registro pelo Valor Original	Os elementos que compõem o patrimônio serão registrados com base em valores de entrada, ou seja, o valor original (CFC, 2007).
Competência	É aplicado integralmente ao setor público, onde se reconhece os fatos no momento em que ocorre independente do seu pagamento ou recebimento (CHAVES JR., 2012).
Prudência	Os valores estimados que afetem o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos, não deve haver valores fictícios por interesse de qualquer pessoa (CFC, 2007).

Figura 03: Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público.

Fonte: CFC (2007); ROSA (2011); FEIJÓ (2013); SLOMSKI (2009); CHAVES JR (2012). Adaptado pela Autora (2014).

Assim, a contabilidade pública que antes era focada nos princípios orçamentários, agora se volta aos princípios de contabilidade com enfoque mais patrimonial.

2.6 O PROFISSIONAL QUE ATUA NA CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

De acordo com Cruz; Platt Neto (2007) sabe-se que o Brasil admite o exercício profissional paralelo de contadores graduados em ciências contábeis e de técnicos em

contabilidade, o que possivelmente pode influenciar na execução dos trabalhos, devido às competências e habilidades focalizadas de acordo com cada formação.

No entanto, a preocupação é com as informações que estes profissionais irão fornecer aos gestores públicos, uma vez que estas serão utilizadas para a tomada de decisões. Assim, o gestor tem a missão de contratar um contabilista que venha atender seus objetivos por meio da contabilidade de forma responsável (CRUZ; PLATT NETO, 2007).

Assim, tão importante quanto elaborar as demonstrações contábeis é fazer com que os gestores entendam essas informações, pois serão utilizadas para tomada de decisão quanto à obtenção e aplicação de recursos públicos, o qual é obrigado a administrar responsavelmente o dinheiro público, sob pena rigorosa quanto à responsabilização da gestão dos recursos públicos, e assim o profissional contábil deve estar mais preocupado com a utilidade, a transparência e a clareza da informação (SILVA, 2012).

Com a nova contabilidade, estes profissionais se viram obrigados a sair da zona de conforto, tendo que conhecer a fundo o funcionamento da administração pública, pois a ideia de que contabilidade pública era algo rotineiro, deu espaço a um desafio de torná-la atualizada, globalizada e transparente, e para isso é preciso que participem ativamente da elaboração dos instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e LOA) e, principalmente, da execução, bem como prestar constantes orientações aos gestores sobre a legislação vigente e das boas práticas a serem utilizadas na administração pública (SILVA, 2012).

A conscientização dos profissionais contábeis e dos gestores é muito importante nesse momento, pois as mudanças não vão acontecer da noite para o dia e só será possível com a ajuda de todos os atores, pois é um processo lento e contínuo realizado por etapas (MELO; AYRES, 2014).

Para que seja possível atender aos anseios da gestão pública, o profissional contábil por ser um agente que dá apoio aos gestores e por estar em permanente contato com a legislação e com as informações contábeis, deve estar à frente da prestação de contas junto aos órgãos fiscalizadores, Tribunais de Contas e órgãos de controle interno, bem como a prestação de contas à sociedade para que esta possa participar de forma ativa na fiscalização da arrecadação e aplicação dos recursos (SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2010).

No entanto, a importância da atuação do Contador público ainda é reconhecida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), principalmente na parte que trata da transparência da gestão fiscal, conforme cita o Art.48 da Lei Complementar 101/00:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos orçamentários e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o

respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000).

E assim, Oliveira (2010) diz que o Contador atua como uma espécie de vigia para evitar o descumprimento das normas estabelecidas pela LRF, pois, caso ocorra, tal deslize poderá implicar em sanções ao órgão ou entidade, ao gestor e também ao próprio Contador, pois este responde solidariamente pelos atos e fatos praticados no exercício da função.

Contudo, destaca – se o I Fórum Paranaense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, realizado dias 23 e 24 de outubro de 2014, onde o coordenador da Comissão do Contador Público do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), Márcio Assumpção afirmou que com o fim dos prazos para inclusão das mudanças por todos os entes públicos a ordem passa a ser conferência do pessoal que atua no setor público para saber se estes estão afinados com os conceitos e práticas contábeis, pois as NCASP convergidas aos padrões internacionais requerem do profissional contábil que atua no setor público o exercício de um papel central na gestão pública de fornecer informações úteis e confiáveis ao gestor público, tornando-se um agente principal nesse processo de mudança na contabilidade pública brasileira (CRCPR, 2014).

Assim, a STN (2013) destaca algumas mudanças que deverão ser feitas para que o Brasil avance no processo de convergência às normas internacionais:

- Implantação do Plano de **Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)**, que é uma estrutura padronizada e obrigatória para toda a Federação;
- Adequação dos **sistemas informatizados** de contabilidade para permitir os registros de acordo com as novas normas e o PCASP;
- **Capacitação** dos servidores e dos gestores envolvidos no processo;
- **Comunicação** oportuna e tempestiva entre os diversos setores da administração e a contabilidade;
- Implantação/adequação de **sistemas de controle** dos bens de almoxarifado, bens móveis e imóveis.

As mudanças não são simples, porém oferece desafios e algumas resistências, como a mudança de cultura e a quebra de paradigmas por parte da administração pública, porém para que sejam bem sucedidas é necessário o envolvimento e o engajamento das diversas áreas, incluindo os gestores e autoridades públicas. Assim, esse esforço possibilitará a geração de informação útil e relevante, melhorando a transparência da gestão pública, além de outros benefícios (MELO; AYRES, 2014; STN, 2013).

2.7 A NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO ESTADO DE RONDÔNIA

De acordo com o Censo 2010 realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, o Estado de Rondônia possui cinquenta e dois municípios e uma população de 1.562.404 (um milhão quinhentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e quatro) habitantes.

Desses cinquenta e dois municípios o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), por meio da Resolução 084/2012 distribuiu os municípios em cinco Secretarias Regionais de Controle Externo do TCE-RO, conforme a figura 04 ilustra:

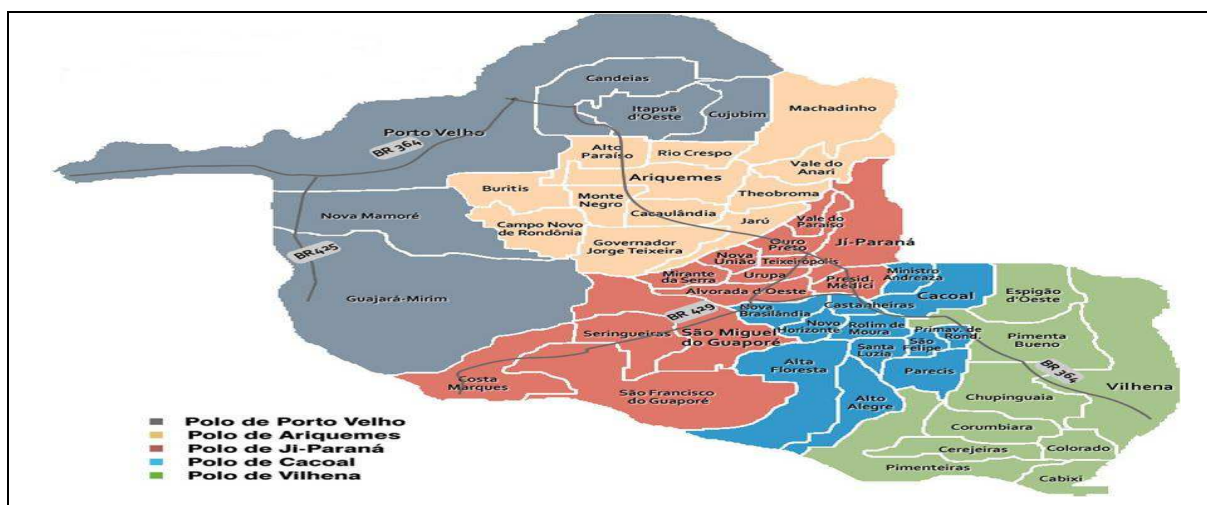


Figura 04: Distribuição dos municípios por pólo (Resolução 84/TCE-RO/2012).

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (2012).

Tendo em vista a Portaria nº 184/08, o TCE – RO elaborou a Instrução Normativa Nº. 30/2012 determinando aos Poderes e órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e dos Municípios do Estado de Rondônia a adoção obrigatória do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público a partir do exercício do ano de 2013 (TCE/RO, 2012).

Quanto à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a partir do exercício de 2012 seria de forma gradual e, integralmente, até o final do exercício de 2014, sendo que estas obrigações deveriam ser cumpridas nos prazos definidos no cronograma de implementação das novas regras aplicadas à contabilidade pública, elaborado por cada Poder ou Órgão fixando prazos de execução das subações detalhadas e encaminhado por meio físico ao TCE/RO até o dia 31 de outubro de 2012, bem como divulgado em meio eletrônico de acesso público (TCE/RO, 2012).

A partir da publicação da IN nº. 30/2012 o TCE/RO promoveu alguns cursos com o objetivo de treinar os servidores públicos. Dentre eles destaca – se o “Curso de contabilidade pública com as mudanças provocadas pela legislação”, realizado em 2012, o qual abordou a abrangência do processo de convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, destacando as NBCASP, os princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, a composição do patrimônio público, avaliação e mensuração de ativos e passivos, introdução à depreciação, amortização e exaustão, provisões, reavaliações, aspectos gerais do PCASP, o MCASP e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (TCE/RO, 2012).

De acordo com a STN (2013) o MCASP:

Estabelece regras e procedimentos contábeis a serem observados pela Administração Pública, para todos os poderes e entes da Federação. Seu objetivo é padronizar os procedimentos contábeis colaborando com o processo de elaboração e execução do orçamento e dos registros patrimoniais, econômicos e financeiros, gerando informação útil para os usuários da informação contábil através de demonstrativos adequados aos padrões internacionais.

Já em agosto de 2014 o TCE/RO promoveu um Curso de Mensuração de Ativos, tendo como tema “Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão de bens públicos: com base no trabalho desenvolvido no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia”, onde na ocasião foi destacado que os municípios e os órgãos públicos em geral estavam encontrando muitas dificuldades para mensurar seus ativos, principalmente em relação aos bens públicos e destacou que até o momento poucos municípios conseguiram iniciar este processo (TCE-RO, 2014).

Contudo, em março de 2015 foram publicadas no Diário Oficial Eletrônico do TCE/RO as prestações de contas dos municípios do Estado de Rondônia referente ao exercício do ano de 2013, sendo possível verificar (Apêndice A), alguns apontamentos pelo TCE/RO em relação ao patrimônio, as demonstrações contábeis, dentre outras, bem como a responsabilização aos profissionais contábeis e aos gestores que resultou em aprovação de contas com ressalvas e também em reprovação (TCE/RO, 2015).

Diante desses apontamentos e outros relativos à nova contabilidade o TCE/RO determinou (Apêndice B) aos responsáveis que tomassem certas providências para que a situação fosse solucionada (TCE/RO, 2015).

Nesse contexto, Andrade; Faria (2015) lembram que os Tribunais de Contas têm que estar à frente na implementação das mudanças no seu âmbito interno, para servirem de exemplo e de incentivo aos demais entes da administração, pois também são entidades públicas que utilizam a contabilidade governamental e tem não somente a tarefa de fiscalizar

como também orientar, esclarecer dúvidas e treinar os jurisdicionados frente ao processo de convergência.

Quanto ao MCASP, Andrade; Faria (2015) destaca que a STN com intuito de aperfeiçoar continuamente seus procedimentos e normas vem reeditando anualmente o Manual, com isso o Brasil está na 6ª Edição do MCASP, válido para o exercício de 2015.

Assim na 6ª edição do MCASP Andrade; Faria (2015) diz que:

A Parte Geral traz a contextualização das transformações que a contabilidade pública está passando rumo à convergência para os padrões internacionais; destaca o PCASP como uma das maiores conquistas e como uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade; aborda os aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da CASP, comenta a implantação das inovações e fala do alcance das normas do Manual (ANDRADE; FARIA, 2015).

E de acordo com a STN (2013) “a partir de 2015 os entes que não encaminharem suas contas de acordo com o novo padrão, poderão ficar impedidos de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito, além de estarem sujeitos a outras restrições por parte do seu respectivo tribunal de contas”.

3 METODOLOGIA

Ao considerar o objetivo proposto, esta pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva, pois teve como principal objetivo analisar a percepção dos profissionais da área contábil pública quanto à implantação e implementação da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público nas prefeituras municipais do Estado de Rondônia.

Quanto aos procedimentos, a primeira etapa da pesquisa foi bibliográfica, com pesquisas em livros, artigos, leis, portarias e resoluções pertinentes ao assunto, tendo como principais referências as Resoluções do CFC que ditam as normas referentes aos procedimentos para convergência da contabilidade pública. E a segunda etapa foi a realização da pesquisa de campo em que foi encaminhado via e-mail, aos profissionais contábeis que atuam nas prefeituras do Estado de Rondônia, um questionário com questões abertas e fechadas, apresentado no Apêndice C, como ferramenta qualitativa para a coleta de dados.

3.1 AMOSTRA

Para que fosse possível encaminhar os questionários por e-mail e coletar os dados, primeiramente, fez-se uma pesquisa em listas telefônicas, sites e várias ligações para diversos órgãos e setores, no período de 05 a 20 de janeiro de 2015 para obter um contato telefônico com os profissionais.

A partir daí fez-se contato telefônico com pelo menos 01 (um) dos profissionais da área contábil das prefeituras do Estado de Rondônia, solicitando colaboração para a realização da pesquisa e explicitando o principal objetivo da pesquisa. Nesse mesmo momento foi solicitado um e-mail em que pudesse ser encaminhado o questionário para eles, que em primeiro momento se dispuseram a fazer parte desta pesquisa.

Após esse levantamento foi possível encaminhar 52 questionários que corresponde ao total de prefeituras no Estado, abrangendo a população apresentada na figura 05:

População	Frequência	%
Contador	41	79%
Controlador	11	21%
Total	52	100%

Figura 05: População da Pesquisa.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Os questionários foram aplicados no período de 21 de janeiro de 2015 a 10 de fevereiro de 2015 e até o dia 04 de fevereiro 08 questionários (15%) já haviam sido entregues. Entre os dias 18 e 20 de março de 2015 foram reencaminhados os questionários para os que não haviam retornado.

A partir do dia 06 de abril foi restabelecido um novo contato telefônico para confirmar o retorno dos questionários e entre os dias 07 e 30 de abril foram recebidos mais 08 questionários (15%), obtendo uma amostra com 16 profissionais, representando os municípios que estão na figura 06:

Regional do TCE/RO	Municípios/Prefeituras (30%)	Contador (87%)	Controlador (13%)
Cacoal - (17%)	Cacoal	1	
	Ministro Andreazza	1	
Vilhena - (44%)	Chupinguaia	1	
	Corumbiara		1
	Pimenta Bueno	1	
	Espigão do Oeste	1	
Ji-Paraná - (23%)	Vale do Paraíso	1	
	Seringueiras	1	
	Presidente Médici	1	
Ariquemes - (42%)	Alto Paraíso	1	
	Monte Negro	1	
	Vale do Anari		1
	Machadinho do Oeste	1	
Porto Velho - (33%)	Cacaulândia	1	
	Porto Velho	1	
	Cujubim	1	
Total	16	14	2

Figura 06: Amostra da pesquisa.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

São apresentados e analisados os resultados da pesquisa relacionados à percepção dos profissionais contábeis que atuam em prefeituras do Estado de Rondônia sobre a implantação e implementação da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A primeira categoria (item 4.1) apresenta o perfil dos profissionais contábeis que atuam nas prefeituras do Estado de Rondônia.

A segunda categoria (item 4.2) refere-se à percepção dos profissionais quanto ao processo de convergência da contabilidade pública em termos de sua implantação e implementação.

E a terceira categoria (item 4.3) aborda sobre as dificuldades encontradas em implantar e implementar a nova contabilidade no setor público e os desafios a superar, na percepção destes profissionais.

4.1 O PERFIL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS QUE ATUAM NAS PREFEITURAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Inicialmente procurou-se identificar o perfil dos profissionais, sendo os dados apresentados nas figuras 07 e 08. A partir dos dados da figura 07, percebe-se que em relação ao gênero há uma predominância no setor público de profissionais homens. Nota-se que 56% dos profissionais estão entre 06 e 15 anos atuando na área pública. Destes 31% estão a 10 anos na área pública.

A pesquisa revela também que os profissionais contábeis estão preocupados com seu aprendizado, pois 94% são graduados, sendo que destes 50% possui algum tipo de especialização, sendo possível afirmar que 62% de tais especializações referem-se ou a contabilidade pública ou ao setor público. Vale ressaltar que 81% afirmaram ser graduados em Ciências Contábeis.

Nesse contexto, mesmo o Brasil admitindo o exercício profissional paralelo de contadores graduados em ciências contábeis e de técnicos em contabilidade, a pesquisa mostra que quanto à formação estes profissionais estão preparados para fornecer informações que auxiliem o gestor na tomada de decisão, pois segundo Cruz; Platt Neto (2007) a formação pode influenciar na execução dos trabalhos, devido às competências e habilidades focalizadas de acordo com cada formação.

Os responsáveis pelo Órgão de Controle Interno, no caso o controlador, tem a obrigatoriedade do cumprimento da missão constitucional e infraconstitucional atribuída ao Sistema de Controle Interno devendo reportar-se sempre ao Tribunal, controle externo, ao

constatar quaisquer irregularidades, sob pena de responsabilização solidária. Assim, nota-se a importância destes profissionais frente à administração pública conforme destacado nas disposições do Apêndice B.

Gênero	Freq.	%	Tempo na área pública	Freq.	%	Nível de Formação	Freq.	%
Masculino	10	62%	01 a 05 anos	2	12%	Cursando	1	6%
Feminino	6	38%	06 a 10 anos	5	31%	Superior	7	44%
			11 a 15 anos	4	25%	Especialização	8	50%
			Acima de 15 anos	3	19%			
			Não responderam	2	13%			
Total	16	100%	Total	16	100%	Total	16	100%

Figura 07: Perfil dos profissionais contábeis públicos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Ainda sobre o perfil dos respondentes, com base na figura 08, quanto à função ou cargo que ocupa 81% dos respondentes são contadores e 13% controladores. Observa-se ainda que: 38% estão entre 01 e 05 anos na função atual, e 50% têm mais de 05 anos na função, o que significa que estão atuando bem antes da divulgação de que o Brasil seguiria rumo à convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais, assim, a pesquisa evidencia que esses profissionais receberam uma formação nos moldes antigos da contabilidade governamental e estão vivenciando o momento da mudança e tendo que se adequar às normas, tornando – se profissionais raros.

Função/ Cargo que ocupa	Freq.	%	Tempo que exerce cargo/função atual	Freq.	%
Contador	13	81%	01 a 05 anos	6	38%
Controlador	2	13%	06 a 10 anos	5	31%
Dir. Estatística	1	6%	Acima de 10 anos	3	19%
			Não responderam	2	12%
Total	16	100%	Total	16	100%

Figura 08: Função/Cargo e tempo de atuação.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Uma das determinações do TCE/RO (2015), conforme Apêndice B, referente ao exercício de 2013 foi que o contador observasse as mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Nesse sentido, o profissional contábil precisa estar atualizado e atento aos prazos fixados pela legislação.

Assim, quando questionados se estão acompanhando os prazos para implantação da nova contabilidade todos os respondentes afirmaram “sim”, sendo que, 69% dos respondentes se consideram atualizados diante da nova contabilidade, acrescentado que é devido ao cumprimento da legislação; por participar de cursos; procuram se informar das mudanças que ocorre no meio; e no acompanhamento das diversas funções que a profissão requer.

Questionados sobre a principal função do contador público diante da nova contabilidade, obteve-se as seguintes opiniões:

Função do contador público diante da nova contabilidade pública
1. Fornecer informações atualizadas e exatas aos usuários e aos gestores para subsidiar na tomada de decisões;
2. Estar atento às mudanças na legislação;
3. Exercer a profissão com zelo e eficiência;
4. Não se limitar em satisfazer as exigências dos órgãos fiscalizadores;
5. Aumento de responsabilidade;
6. Registrar e analisar os relatórios exigidos;
7. Demonstrar a verdadeira situação financeira e patrimonial;
8. Relacionar-se e cobrar informações fidedignas dos diversos setores para repassar aos gestores; e
9. Gerador de conhecimento e facilitador para a compreensão e a implantação das mudanças.

Figura 09: Função do contador público.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para corroborar com as respostas a esse questionamento, o CRCPR (2014) destaca que o profissional contábil que atua no setor público é um agente principal nesse processo de mudança na contabilidade pública brasileira, e que as novas NCASP convergidas aos padrões internacionais requer o exercício de um papel central na gestão pública de fornecer informações úteis e confiáveis ao gestor público, tornando-se um agente principal nesse processo de mudança na contabilidade pública brasileira.

4.2 A NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS QUE ATUAM NESTE SETOR

Por meio dos profissionais contábeis a administração pública tem a missão de se adequar à nova CASP, motivo pelo qual procurou – se levantar as prefeituras que estão se adequando e sobre como estes profissionais percebem a mudança.

Para se ter uma noção geral desta percepção foi questionado sobre “Em sua opinião, qual o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público?”, e conforme figura 10, apresenta-se a percepção dos respondentes acerca dos objetivos da contabilidade aplicada ao setor público.

Objetivo da contabilidade aplicada ao setor público	Frequência
Padronização das contas	2
Consolidação de conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação contábil	1
Fornecer informações aos usuários sobre os resultados alcançados em todos os aspectos	2
Fornecer com transparência informações a todo tipo de usuário	2
Fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões	3
Informações aos órgãos fiscalizadores e de controle	2

(continua...)

(continuação)

Objetivo da contabilidade aplicada ao setor público	Frequência
Apoiar no processo de tomada de decisão, prestação de contas adequado e suporte para a instrumentalização do controle social	1
Demonstrar os resultados alcançados no âmbito da Administração Pública	3
Controle e gestão dos recursos	2
Prestar contas das entradas de recursos e sua aplicação	2
Registrar, controlar e demonstrar a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações	2
Demonstrar o que o gestor melhorou para a população	1
Demonstrar os aspectos quantitativos e qualitativos da composição orçamentária e patrimonial das entidades	1
Controlar o patrimônio e fornecer informações contábeis	1
Demonstrar a real situação dos órgãos públicos	1

Figura10: Objetivos da contabilidade pública.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Assim, para complementar este conjunto de conceitos apresentados pelos respondentes, os quais demonstram um amplo conhecimento, a NBC T16.1 destaca que o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é deixar o usuário informado sobre os resultados obtidos nas operações realizadas e nos aspectos de natureza orçamentária (HADDAD; MOTA, 2010; QUINTANA *et al.*, 2011;CFC, 2008).

Ao questionar os respondentes sobre se concordavam que o profissional contábil precisa participar da elaboração dos instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e LOA) e se os mesmos participavam, obteve-se o resultado apresentado na figura 11:

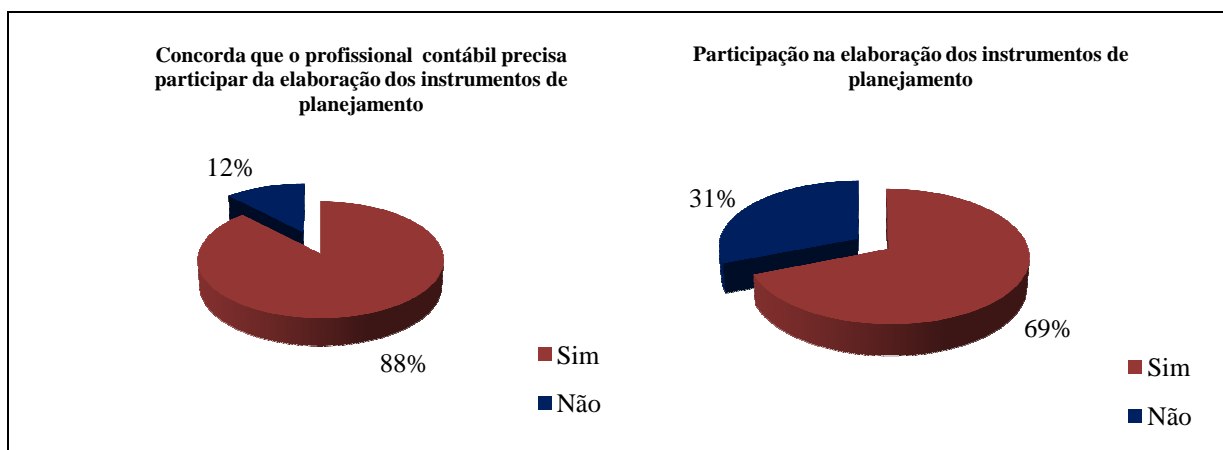


Figura 11: Concordância x Participação na elaboração dos instrumentos de planejamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ao comparar o percentual de não concordância de 12% com o percentual de não participação 31%, percebe-se que teve um aumento de 19% de não participação, devido aos respondentes que mesmo concordando não participam. Os motivos citados por não concordar foram: Por serem ferramentas de gestão e a contabilidade apenas apresenta resultados das

decisões tomadas pelo gestor; Por ter um setor específico que elabora; e, Se houver profissional com conhecimento em orçamento, o contador não precisa participar efetivamente.

Já os motivos pelos quais não participam foram: É o setor de planejamento (específico) que elabora; sendo este motivo o mais citado e os demais foram: É de competência do gestor; Por sobrecarga de responsabilidade; e Por ser lotado em outro Setor.

Assim, esses motivos confrontam o que diz Silva (2012) que, tão importante quanto elaborar as demonstrações contábeis é fazer com que os gestores entendam essas informações que serão utilizadas, pois com o desafio de tornar a contabilidade pública atualizada, globalizada e transparente é preciso que discutam e participem ativamente da elaboração dos instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e LOA) e, principalmente, da execução, bem como prestar constantes orientações aos gestores sobre a legislação vigente e das boas práticas a serem utilizadas na administração pública.

Já o TCE-RO (2015) vem cobrando uma atuação mais efetiva e eficiente do sistema de Controle Interno, segundo as ações dispostas no Apêndice B, para melhor auxiliar a Administração Pública Municipal, para se evitar falhas, e aperfeiçoar as análises, apurando com exatidão as impropriedades constatadas na gestão, verificando ainda se o executado pela LOA guarda compatibilidade com o previsto pela LDO e pelo PPA e emitam parecer. Assim fica obvio quão importante é a participação desses profissionais na elaboração e execução dos instrumentos de planejamento.

Aos respondentes que afirmaram concordar que o profissional contábil precisa participar da elaboração dos instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e LOA) foi questionado os motivos, obtendo-se as seguintes frequências de respostas conforme apresenta a figura 12 (os respondentes tinham total liberdade para expressar os motivos):

Porque o profissional contábil precisa participar da elaboração dos instrumentos de planejamento?	Frequência
Porque a contabilidade norteia-se fundamentalmente no orçamento;	1
Concorda, mas não tem a devida participação;	1
Por falta de profissionais da área de administração;	1
Porque uma opinião técnica poderá esclarecer melhor alguns aspectos dos gastos públicos;	2
Porque temos o conhecimento das regras e normas, enquanto muitos gestores ou responsáveis não tem;	3
Tem que participar ativamente de modo cooperativo com os departamentos de planejamento, pois está tudo interligado;	2
Tem conhecimento do montante dos recursos que poderão ser transformados em serviços aos cidadãos;	2
Há necessidade de equilíbrio entre planejamento das ações e metas com valores financeiros disponíveis;	2
Para se ter um bom planejamento;	1
Por ser uma determinação legal;	1

Figura 12: O profissional contábil precisa participar da elaboração dos instrumentos de planejamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota-se que entre as afirmativas destaca-se a que o profissional contábil precisa participar porque tem conhecimento das regras e normas enquanto muitos gestores ou responsáveis não tem.

E ao levar em consideração as normas contábeis e a propagação do conhecimento contábil Salaroli; Almeida (2014) explicam que tornar a contabilidade numa linguagem que possa ser entendida por todos é um dos motivos para a harmonização dos padrões e de práticas e procedimentos contábeis aos padrões internacionais. Sendo necessário que os gestores entendam as informações contábeis que serão utilizadas pela administração pública para tomada de decisão quanto à obtenção e aplicação de recursos públicos a qual é obrigada a administrar responsavelmente o dinheiro público, sob pena rigorosa quanto à responsabilização da gestão dos recursos públicos (Silva 2012).

Nesse contexto, foi questionado aos profissionais se concordavam com a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais de contabilidade, obtendo 100% de aprovação, sendo os pontos mais destacados por 9 (nove) respondentes “padronização das contas e unificação das práticas contábeis”, seguido de “maior transparência e credibilidade nas informações” com 6 (seis) respondentes, 5 (cinco) concordavam em todos os pontos e os demais pontos destacados foram: Por envolver princípios e ser uma ciência única; Resgate da contabilidade pública como ramo da ciência contábil e o reconhecimento do profissional contábil público; Maior comparabilidade com o ambiente internacional e melhor qualidade das informações aos principais usuários; e, Por ser mais gerencial.

Como parte desse processo o CFC publicou as NBC T 16 que norteiam os passos a serem seguidos pelas entidades públicas rumo à convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões Internacionais de contabilidade as quais 56% dos respondentes afirmaram conhecê-las, enquanto 19% conhecem apenas algumas e 25% não souberam ou não opinaram.

A partir desse enfoque procurou-se saber sobre os procedimentos patrimoniais e se as prefeituras já haviam concluído essa fase do processo, pois referente ao exercício de 2013 o TCE/RO (2015) fez apontamentos apresentados no Apêndice A referentes ao ato de nomeação da comissão inventariante dos bens móveis e imóveis, sendo este um dos primeiros atos dos procedimentos patrimoniais, assim como vem determinando para que antes de iniciar o procedimento de depreciação, amortização e exaustão, determine a reavaliação dos bens móveis e imóveis; que é o procedimento necessário para atualizar o valor do bem ao valor praticado no mercado obtendo os resultados apresentados na figura 13:

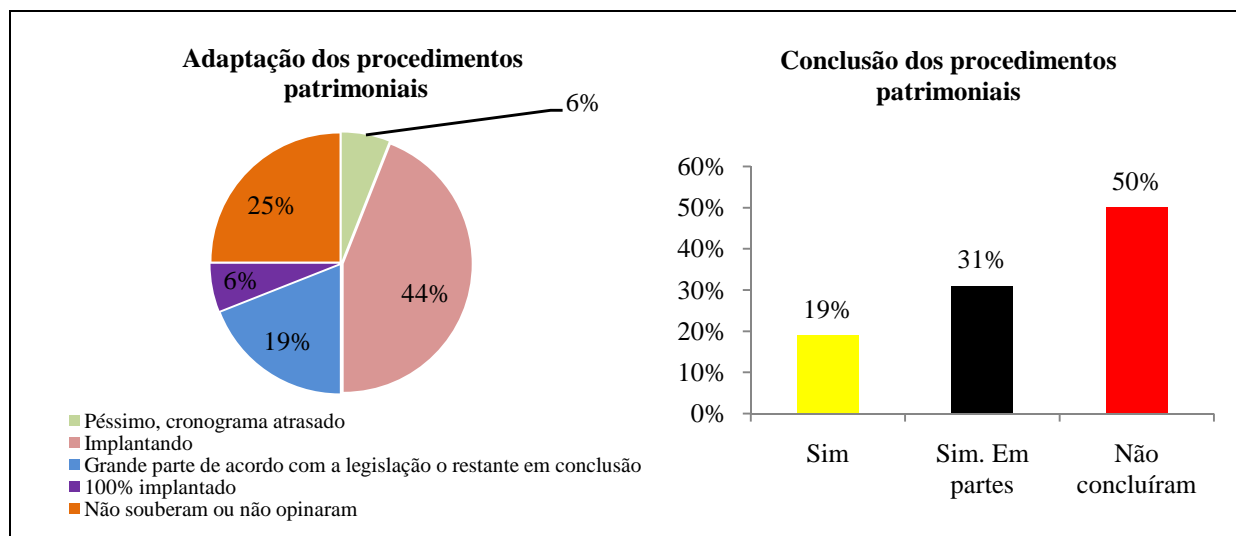


Figura 13: Procedimentos patrimoniais.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A pesquisa aponta que 69% dos respondentes não adaptaram totalmente os procedimentos patrimoniais, sendo que somente 6% se declararam atrasados com o cronograma, estabelecido pela IN 030/2012 do TCE/RO, a qual determinava que os procedimentos contábeis patrimoniais fossem integralmente implantados até o final do exercício de 2014.

Apesar de somente 6% afirmar que está totalmente implantado, 19% afirmaram ter concluído os procedimentos patrimoniais, esse aumento é devido aos 25% que não responderam ao primeiro questionamento, assim como também aumentou para 81% os que não concluíram esse procedimento.

Ao tratar sobre a NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão obteve-se os percentuais da figura 14:

	Depreciação	Amortização	Exaustão	Nenhum
Implantando	44%	13%	6%	
Desde 2010	6%	0%	0%	
Desde 2014	44%	6%	6%	
Total	94%	19%	12%	6%

Figura 14: Implantação da NBC T 16.9.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nessa questão a depreciação é o procedimento que está mais em evidência na administração pública, apesar de 44% ainda estarem implantando. A preocupação é com as

possíveis cobranças por parte do TCE/RO, pois o prazo para implantação integral dos procedimentos patrimoniais era 2014 de acordo com a IN 30/2012.

SLOMSKI (2009) lembra que para o patrimônio da entidade ser refletido na totalidade e de forma clara pela contabilidade é necessário que os recursos físicos sejam considerados na prestação de serviços, mensurando e procedendo ao registro da depreciação desses bens como custo dos serviços prestados à sociedade, assim como os bens de infraestrutura construídos pela administração pública e os naturais, que são os considerados de uso comum do povo.

Ao considerar que o patrimônio da entidade até então não refletia sua realidade foi questionado se concordavam que a contabilidade sempre teve enfoque no orçamento deixando a contabilidade patrimonial de lado e 81% afirmaram que “Sim”, pois a própria lei dava esse enfoque, assim como Rosa (2011) e Quintana *et al.* (2011) destacam que um dos pontos principais da transição na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é a mudança do enfoque contábil, o qual anteriormente era centrado no controle orçamentário e financeiro, ficando a gestão patrimonial de lado. Já a STN (2013) lembra que com a mudança de foco, a contabilidade resgatará a sua essência, registrando os atos e fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio público, sem descuidar, no entanto, dos registros orçamentários.

Quanto a NBC T16. 11 que estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público a STN destaca a implantação do sistema de custos como um dos benefícios gerados com a convergência, assim, apenas 12% afirmaram estar sendo implantado, mas ainda em fase inicial que é o estudo técnico, os demais 88% afirmaram que não está sendo implantado e os motivos citados foram: falta de adequação do sistema de informática (31%); falta de pessoal e capacitação (25%); por ser muito complexo e necessitar da implantação de outros procedimentos (25%); e, falta de interesse da Administração (12%).

Além desse levantamento procurou-se saber a opinião dos profissionais quanto ao sistema de custos na administração pública, obtendo as opiniões apresentadas na figura 15:

Opinião sobre o sistema de informação de custos na administração pública	Frequência
É inviável pela falta de estrutura administrativa e pessoal e inexistência de áreas de aplicação;	1
Muito complexo para um corpo técnico muito antigo, focado unicamente na contabilidade orçamentária;	1
Demonstrará aos usuários os custos de cada serviço;	1
O gestor poderá tomar decisões com maior eficiência;	2
É necessário	4
Ajudará a Gestão Pública a gerenciar os gastos	5
Não souberam ou não opinaram	2

Figura 15: Sistema de custos na administração pública.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os respondentes acreditam que o sistema de custos é necessário, afirmação de 04 (quatro) respondentes, e que ajudará a gestão pública a gerenciar os gastos, 05 (cinco) respondentes. Pois como a NBC T 16.11 mesmo diz, esse sistema registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública a fim de apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades (CFC, 2008).

Diante de tantos procedimentos para cumprir as normas, foi questionado se o processo de convergência tem atrapalhado de alguma maneira no desenvolvimento dos trabalhos diários, pois além de procurar atender a legislação o profissional não deixa de exercer suas funções diárias. E nesse contexto 62% dos respondentes afirmaram que “Não”. Já os 38% afirmaram que “Sim”, destes 83% alegaram que os sistemas de informática não estão preparados; 17% que ocorre divergências nas transmissões de dados entre os órgãos e 33% que há falta de treinamentos técnicos específicos.

Também foi questionado se a prefeitura já havia passado por algum tipo de fiscalização e 38% disseram “Não”, enquanto que 19% disseram “Sim”, os demais 25% disseram que o TCE-RO tem acompanhado; 6% disseram que já foram solicitadas algumas informações e os 12% não responderam.

Com os avanços dos meios de comunicação as informações não estão restritas aos órgãos fiscalizadores, elas ficam mais acessíveis à sociedade por possibilitar que esta acompanhe as mudanças que vão ocorrendo em todos os segmentos. Isso faz com que a contabilidade procure assumir um papel de destaque no cenário mundial, uma vez que passa a incorporar em sua política de divulgação elementos de responsabilidade social das entidades (SLOMSKI, 2009).

Nesse contexto, perguntou-se sobre a divulgação das informações em meio eletrônico de acesso público e todos (16 respondentes) afirmaram que está sendo divulgado, sendo que 44% citaram o portal de transparência pública; 25% citaram o site da prefeitura; 25% disseram estar divulgando em todos os meios; 6% citaram o diário oficial dos municípios; e, 12% não citaram nenhum meio.

A Lei 4.320/64 já previa esse acesso da informação por parte da sociedade, para que esta acompanhasse a administração pública, no entanto, a pesquisa mostra que o fato das informações estarem disponíveis para a sociedade, em meio eletrônico podendo ser acessado por todos nos mais diversos lugares do mundo, esta não está preocupada em fiscalizar a administração pública em relação aos gastos públicos, sendo esta a afirmação de 69% dos

respondentes, pois estes afirmam que a sociedade não participa das audiências para ficarem instruídas e neste caso, a administração pública é responsável por incentivar a população a participar, conforme aponta o TCE/RO (APÊNDICE A). Apenas 12% acreditam na preocupação da sociedade, justamente pelo fato das informações estarem mais acessíveis. Os outros 19% acreditam que apenas algumas pessoas estão preocupadas, pois a sociedade ainda é indiferente em relação ao acompanhamento dos gastos públicos e não conseguiu definir seu papel como fiscalizadora.

E o mesmo acontece com a fiscalização do patrimônio público, onde 62% não acreditam que a sociedade esteja preocupada, o que acaba gerando uma preocupação, pois de acordo com o princípio da entidade, este patrimônio é destinado à sociedade a qual deve participar de forma ativa na fiscalização da arrecadação e aplicação dos recursos públicos (SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2010; CFC, 2007).

4.3 DESAFIOS A SUPERAR PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para o Brasil avançar no processo de convergência, a STN (2013) destacou que precisaria implantar o PCASP, adequar os sistemas informatizados, pois as prefeituras teriam um custo para adquirir softwares desenvolvedores de informações necessárias à adequação dos sistemas ao novo modelo e aos instrumentos legais, capacitar os servidores e os gestores; haver uma comunicação oportuna e tempestiva entre os diversos setores da administração e a contabilidade, bem como implantar e adequar os sistemas de controle dos bens móveis e imóveis.

Diante de todo esse processo procurou-se saber as dificuldades encontradas e a partir de alguns pontos os respondentes apontaram tais dificuldades, conforme figura 16:

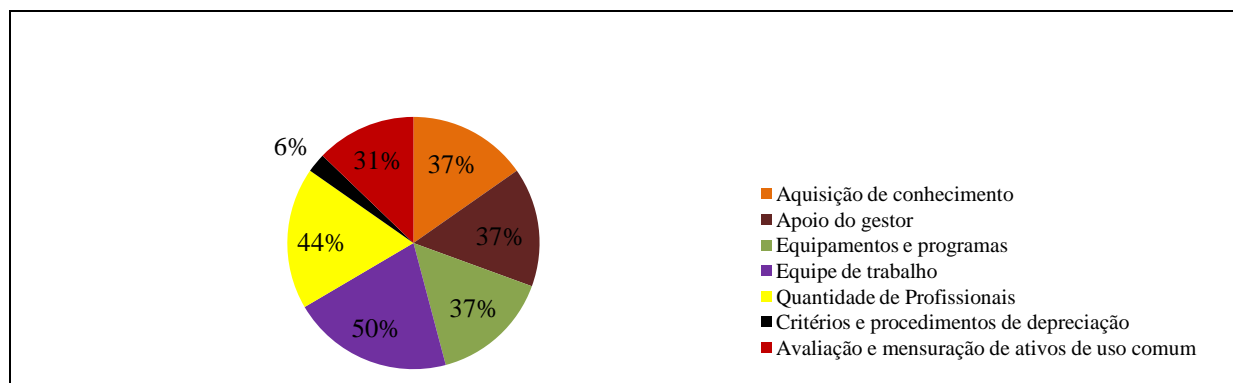


Figura 16: Dificuldades na Implantação e implementação da nova contabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ao abordar os pontos em que encontraram dificuldades nesse processo de convergência, 50% disseram ter encontrado dificuldades relacionadas com a equipe de trabalho, pois falta pessoal e muitos se esforçam com o pessoal que tem, assim como também falta treinamento e tem os que não querem se envolver; 44% com a quantidade de profissionais, havendo escassez nessa área, destacando ainda 37% terem dificuldades referentes ao apoio do gestor, em que este alega não ter recursos para treinamentos, enquanto para outros fins não falta, bem como pouco apoia, talvez por falta de conhecimento acabe achando desnecessário. Com isso, percebem-se dois pontos críticos nesse processo, pessoal e gestor, sendo que para o gestor tomar decisões exatas ele necessita ter pessoal capacitado que lhe forneça informações confiáveis e precisas.

Quanto à avaliação e mensuração dos bens de uso comum apenas 31% disseram ter dificuldades, porém, não estão contabilizando, disseram estar longe de ser realizado e é um grande desafio ainda para a administração pública, e os demais não responderam.

Nesse sentido, Nascimento (2008) diz que os bens públicos por não serem totalmente contabilizados, geram uma lacuna no registro do patrimônio público.

Além das dificuldades que se encontra, toda mudança gera desafios e resistências, e na administração pública não é diferente. Assim, para finalizar os questionamentos, procurou-se saber dos respondentes quais os desafios a serem vencidos pela administração pública para que a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais se tornasse bem sucedida, e assim 69% responderam que o desafio está relacionado à ampliação de pessoal especializado, capacitação e dedicação da equipe; 44% também afirmaram ser a conscientização e apoio do gestor; Integração dos departamentos e melhor estrutura contábil (19%); Muito trabalho (12%); Melhor fiscalização dos maus gestores públicos (6%); Elasticidade quanto à aplicação dos mecanismos (6%); e, Apoio incondicional dos órgãos federais (6%).

Percebe-se que a capacitação dos servidores e gestores, assim como foi destacado pela STN, ainda é o maior desafio da administração pública, pois de acordo com os questionamentos estes não estão capacitados, falta pessoal e falta incentivo por parte da administração para que a equipe se dedique mais na realização dos trabalhos que aumentaram devido a essa nova exigência da contabilidade pública.

Porém, para que as mudanças sejam bem sucedidas é necessário o envolvimento e o engajamento das diversas áreas, incluindo os gestores e autoridades públicas, além da mudança de cultura e a quebra de paradigmas por parte da administração pública. Assim, esse

esforço possibilitará a geração de informação útil e relevante, melhorando a transparência da gestão pública, além de outros benefícios (MELO; AYRES, 2014; STN, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que o perfil predominante dos profissionais contábeis públicos atuantes nas prefeituras do Estado de Rondônia é de profissionais do gênero masculino, sendo que 94% cursaram o curso de Ciências Contábeis e 50% estão exercendo a função atual a mais de 05 anos evidenciando que esses profissionais receberam uma formação nos moldes antigos da contabilidade governamental, no entanto, todos concordam com a convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais e 69% se consideram atualizados diante da nova contabilidade, sendo que 62% afirmaram que o processo de convergência não tem atrapalhado no desenvolvimento dos trabalhos diários.

Quanto às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 56% dos respondentes afirmaram conhecer todas as normas, sendo que 81% concordam que a contabilidade pública sempre teve o enfoque no orçamento deixando a contabilidade patrimonial de lado. Com isso 62% não acreditam que a sociedade esteja preocupada em fiscalizar o patrimônio público, bem como 69% não acreditam que a sociedade esteja preocupada em fiscalizar a administração pública.

Os profissionais contábeis estão buscando atender as determinações referentes ao processo de convergência e para isso tem buscado cumprir os prazos estabelecidos pela legislação. Assim, 38% afirmaram não ter passado por algum tipo de fiscalização por parte do TCE/RO e todos afirmaram que as informações estão sendo divulgadas em meio eletrônico de acesso público, sendo destacado o Portal de Transparência Pública por 44% dos respondentes.

Apenas 19% afirmaram ter concluído os procedimentos patrimoniais, apesar de ser perceptível que falta muito por ser aplicado, principalmente referente à contabilização dos bens de uso comum, em que não houve afirmação de que esteja concluído, e ao sistema de informação de custos que também fazem parte das mudanças na contabilidade pública brasileira. Quanto aos bens de uso comum 31% afirmaram não estar contabilizando, mencionando ainda que está longe de ser realizado ou que ainda é um desafio para a administração pública. E quanto ao sistema de informação de custos, a pesquisa mostra que quem está implantando o sistema de informação de custos ainda está na fase de estudos técnicos.

As maiores dificuldades apontadas pelos respondentes, estão relacionadas à equipe de trabalho, a escassez de profissionais na área e a falta de apoio do gestor. E quanto aos desafios a serem superados pela administração pública 69% diz que estão relacionados à ampliação de pessoal especializado, capacitação e dedicação da equipe e 44% a conscientização e apoio do gestor.

Como limitação do estudo, destaca-se a amostra dos 16 municípios pertencentes ao Estado Rondônia, não sendo possível concluir que as respostas aqui apresentadas sejam consenso dos demais municípios do Estado muito menos no Brasil de um modo geral, afinal somente 30% dos municípios respondeu aos questionamentos, o que abre espaço para futuras pesquisas na área.

Por ocasião dos resultados obtidos mostrarem que o assunto da convergência das normas contábeis é muito abrangente, sugere-se para futuras pesquisas a busca por informações que identifique a implantação do Sistema de Informação de Custos no Setor Público no Estado de Rondônia. Além de novos estudos com contadores públicos dos outros municípios do Estado de Rondônia que não participaram desta pesquisa, a fim de fazer um comparativo com os resultados encontrados neste estudo. E também a busca por informações mais específicas quanto à percepção dos responsáveis pelo Sistema de Controle Interno (controlador) no processo de convergência da contabilidade pública brasileira, uma vez que este profissional também é responsável pelas informações contábeis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriene Barbosa de Faria; FARIA, Márcia Prímola de Faria. As mudanças na Contabilidade Pública e seus reflexos nos Tribunais de Contas. – 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de Contabilidade.** – 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 71/2012 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

_____. **Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **Portaria Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008.** Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/institucional/legislacao/2008/portaria184>>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **Portaria Ministério da Fazenda nº 828, de 14 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre “Altera o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e dá outras providências”. Disponível em:

<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/PortSTN_828_20111214.pdf>. Acesso em: 07 set. 2014.

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Márcio. Manual completo de contabilidade pública. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.111, de 29 de novembro de 2007.** Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em:

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1111_2007.htm>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Apostila do Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** De 16 a 20 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.sigma.tce.ac.gov.br/wp-content/files/Apostila_-_Curso_de_Contabilidade_Aplicada_ao_Setor_Pblico.pdf>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.128, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.129, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.130, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.131, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.4 – Transações no Setor Público. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.132, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.5 – Registro Contábil. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.134, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.135, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.8 – Controle Interno. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.136, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.137, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.366, de 25 de novembro de 2011.** Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 08 set. 2014.

CHAVES JR, Oswaldo Demóstenes Lopes. **Contabilidade Pública e o Plano de Contas Obrigatório a partir de 2013.** 2012. Disponível em: <<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/Apostila-Curso-de-Contabilidade-Publica.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

CRCPR. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Novas regras da contabilidade pública debatidas em fórum.** Disponível em: <<http://crc-pr.jusbrasil.com.br/noticias/148747933/novas-regras-da-contabilidade-publica-debatidas-em-forum>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CRUZ, Flávio da; PLATT NETO, Orion Augusto. **Contabilidade de Custos para Entidades Estatais: Metodologia e casos simulados.** Belo Horizonte: Fórum, 2007.

FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público. - 1. ed. - Brasília: Gestão Pública, 2013.

GONÇALVES, Miguel. **Viagem Histórica pelo Vetusto Mundo da Contabilidade.** Publicado na Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, p. 35 - 42, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://webserver.crcrj.org.br/asscom/Pensarcontabil/revistaspdf/revista%2047.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública.** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 152 p. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/04-contabilidade%20p%FAblica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estados @ Rondônia. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ro>. Acesso em: 04 mar. 2015.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Contabilidade Pública**. Distribuição: Portal Tributário® Editora. Disponível em: <www.portaltributario.com.br/downloads>. Acesso em: 01 nov. 2014

MELO, Lidiana F. S.; AYRES, Carlos Antônio M. C. B. **O processo de implementação da Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público**: Desafios e perspectivas para a governança pública municipal em interface com o mercado e a sociedade. Disponível em: <www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/download/509/350>. Acesso em: 30 mai. 2015.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. **A Contabilidade Patrimonial Integral no Setor Público**: os parâmetros, desafios e benefícios de sua implementação no Brasil. 2008. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIipremio/sistemas/3tosiXIIIPTN/CONTABILIDADE_PATRIMONIAL_INTEGRAL_SETOR.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2015.

OLIVEIRA, Manoel Paulo de. **Introdução às Finanças Públicas**: o contador do Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, regulamentadora do art. 165, § 9º, da Constituição Federal. Artigo publicado na Ed. Fórum, Revista Fórum FCGP – Belo Horizonte, nº.100, p.68-67, 2010. Disponível em: <<http://www.editoraforum.com.br/ef/index.php/conteudo-revista/?conteudo=66643>>. Acesso em: 13 de nov. 2014.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. – 13. ed. rev. Ampliada e atualizada até março de 2014 – São Paulo: Atlas, 2014.

QUINTANA, Alexandre Costa *et al.* **Contabilidade Pública**: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. – São Paulo: Atlas, 2011.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público**: De acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público, contém as mudanças das práticas contábeis vigentes, conforme MCASP editado pela STN. – 1. ed.- São Paulo: Atlas, 2011.

SALAROLI, Abner Ribeiro; ALMEIDA, José Elias Feres de. **Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil**: Análise do Processo de Elaboração das Normas Internacionais de Contabilidade Pública. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/206.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014

SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público**: uma abordagem prática. – São Paulo: Atlas, 2012.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. – 1. ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

STN. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Nova Contabilidade e Gestão Fiscal, Modernização da Gestão Pública**. Cartilha. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/ipsas/cartilha.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

TCERO. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Apostila do Curso de Contabilidade Pública:** Com mudanças provocadas pela legislação. Porto Velho, 2012.

_____. Instrução Normativa N. 30/TCE/RO-2012. Disponível em:
<<http://www.contabilidade.ro.gov.br/data/uploads/2014/05/TCE-RO-IN-30-2012.pdf>>.
Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. **Apostila do Curso Mensuração de Ativos.** De 13 a 15 de agosto de 2014.

_____. TCE publica resolução redistribuindo municípios por pólos regionais. Disponível em:<<http://www.tce.ro.gov.br/noticia.aspx?id=4892>>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. Lista de Diários de 2015. Disponível em:
<<http://www.tce.ro.gov.br/index.php/diario-oficial/>>. Acesso em: 04 mar. 2015

APÊNDICE A – APONTAMENTOS DO TCE-RO QUANTO A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Alguns apontamentos do TCE - RO referente à prestação de contas do exercício de 2013	Não envio do anexo 18 – demonstração dos fluxos de caixa (TCE-RO, 2015).
	Ausência da cópia do ato de nomeação da comissão inventariante dos bens móveis e imóveis (TCE-RO, 2015).
	Elaboração incorreta do balanço financeiro, uma vez que o valor da receita orçamentária arrecadada e da despesa orçamentária empenhada não concilia com os valores registrado nesta mesma rubrica no balanço orçamentário (TCE-RO, 2015).
	Divergência contábil em relação ao valor das obrigações financeiras e o resultado financeiro, excluído o RPPS, apresentadas a esta Corte de Contas e no Relatório de Gestão Fiscal (TCE-RO, 2015).
	Divergência contábil entre o patrimônio líquido apurado na análise técnica e o demonstrado no balanço patrimonial (TCE-RO, 2015).
	Falhas na elaboração do balanço orçamentário; balanço patrimonial incompleto; e divergência entre o resultado patrimonial apurado na presente análise e o patrimônio líquido demonstrado no balanço patrimonial (TCE-RO, 2015).
	Ausência de avaliação, pelo controle interno, dos atos de gestão sob os aspectos da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade e não mencionar inconsistência na conta de resultado do balanço patrimonial, além de não se manifestar sobre o cumprimento das metas fixadas nos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos (TCE-RO, 2015).
	Omissão em incentivar a população para participar das audiências públicas (TCE-RO, 2015).
	Apresentar déficit no resultado orçamentário (TCE-RO, 2015).

APÊNDICE B – DETERMINAÇÃO DO TCE – RO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Algumas determinações do TCE – RO referente à prestação de contas do exercício de 2013	Que o Contador observe as mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, sobretudo em relação ao correto tratamento a ser dispensado aos Restos a Pagar Não Processados, pois não devem ser evidenciados no Balanço Patrimonial e sim demonstrada em quadro específico no atual modelo de Balanço Patrimonial (TCE-RO, 2015).
	Exigir do Setor de Contabilidade, com base na NBC T 16.6, que insira Notas Explicativas ou evidencie em relatório específico quaisquer aspectos da execução contábil, financeira, orçamentária e patrimonial que não puderem ser suficientemente esclarecidos nos Demonstrativos Contábeis, favorecendo, dessa maneira, sua compreensibilidade (TCE-RO, 2015).
	Que antes de iniciar o procedimento de depreciação, amortização e exaustão, determine a reavaliação dos bens móveis e imóveis (TCE-RO, 2015).
	Implemente, junto à Contabilidade do Município, medidas visando evitar discrepâncias nos demonstrativos contábeis, bem como observe os procedimentos da STN e do CFC atribuídos à nova contabilidade aplicada ao setor público (TCE-RO, 2015).
	Que determine ao responsável pela Contabilidade que elabore e publique as futuras demonstrações do “fluxo de caixa” de acordo com as NBT T 16 e 5ª Edição do Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (TCE-RO, 2015).
	Ao atual responsável pela Contabilidade do Município que providencie a elaboração dos demonstrativos fiscais nos termos da LRF (TCE-RO, 2015).
	Promova a publicação das peças contábeis, bem como dos demonstrativos exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (TCE-RO, 2015).
	Ao responsável pelo Órgão de Controle Interno que observe a obrigatoriedade de cumprimento da missão constitucional e infraconstitucional atribuída ao Sistema de Controle Interno devendo reportar a este Tribunal ao constatar quaisquer irregularidades, sob pena de responsabilização solidária, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas na Lei Orgânica desta Corte (TCE-RO, 2015).
	Aos responsáveis pelo Controle Interno do Município que, aperfeiçoem suas análises, apurando com exatidão as impropriedades constatadas na gestão, verificando ainda se o executado pela LOA guarda compatibilidade com o previsto pela LDO e pelo PPA e emitam parecer conclusivo sobre as Contas Anuais (TCE-RO, 2015).
	Ao Chefe do Executivo que exija a atuação efetiva e eficiente do sistema de Controle Interno, para melhor auxiliar a Administração Pública Municipal, evitando a ocorrência de falhas (TCE-RO, 2015).
	Observar o princípio da competência para as despesas públicas, registrando as obrigações conhecidas e estimadas com vencimento de até 12 (doze) meses da data das demonstrações contábeis, no Passivo Circulante, de modo a demonstrar a real situação financeira no Balanço Patrimonial da Prefeitura (TCE-RO, 2015).

**APENDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM
COM A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

PARTE 1 – DADOS DO ENTREVISTADO

1. Qual seu Nível de formação?

() Pós Graduação () Superior () Técnico () Outros _____

2. Caso tenha assinalado nível de formação “superior”, qual a área?

() Ciências Contábeis

() Direito

() Administração

() Outra. Qual? _____

3. Caso tenha assinalado nível de formação “pós graduação”:

() Especialização. Qual área? _____

() Mestrado. Qual área? _____

() Doutorado. Qual área? _____

() Outros. Detalhar. _____

4. Há quanto tempo trabalha na área pública?

() Menos de 1 ano.

() Mais de 1 ano e menos de 3 anos

() Mais de 3 anos e menos de 5 anos

() Mais de 5 anos e menos de 7 anos

() Mais de 7 anos. Quantos anos aproximadamente? _____

5. Referente ao período assinalado que você trabalha na área pública há quanto tempo atua com a Contabilidade Pública ou com informações relacionadas a ela, seja de forma direta ou indireta?

() Menos de 1 ano.

() Mais de 1 ano e menos de 3 anos

() Mais de 3 anos e menos de 5 anos

() Mais de 5 anos e menos de 7 anos

() Mais de 7 anos. Quantos anos aproximadamente? _____

6. No exercício de quais cargos ou funções no decorrer desse período assinalado fizeram com que você se utilizasse de conhecimentos relacionados à Contabilidade Pública? _____.

7. Qual a função ou cargo que ocupa?

() Contador () Controlador () Auditor () Outro. _____

8. Há quanto tempo exerce a função/cargo atual? _____.

() Menos de 1 ano.

() Mais de 1 ano e menos de 3 anos

() Mais de 3 anos e menos de 5 anos

() Mais de 5 anos e menos de 7 anos

() Mais de 7 anos. Quantos anos aproximadamente? _____.

PARTE 2 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

9. Em sua opinião, qual o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público?

10. De acordo com a teoria para que o profissional contábil possa fornecer informações e colaborar com o gestor na tomada de decisão, ele precisa participar ativamente da elaboração dos instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e LOA). Você sendo este profissional, concorda com essa teoria?

() Sim. Por que?_____.

() Não. Por quê?_____.

11. Você participa da elaboração dos instrumentos de planejamento?

() Sim. Em todos os passos?_____.

() Não. Por quais motivos?_____.

12. Você concorda com a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais de contabilidade?

() Sim. Em quais pontos?_____.

() Não. Por que?_____.

13. De acordo com a Portaria 828 da STN a parte que trata dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014, salvo na existência de legislação específica emanada pelos órgãos de controle que antecipe este prazo, e a parte Procedimentos Contábeis Específicos deverá ser adotada pelos entes de forma obrigatória a partir de 2012. Como está o processo de adaptação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos na sua prefeitura?

14. Você conhece quais são Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as conhecidas NBC Ts? Quais?_____.

15. A NBC T 16.9 trata da depreciação, amortização e exaustão. Quais desses processos têm sido aplicados na administração?_____.

Desde quando e em que fase se encontra o processo?

Depreciação:_____.

Amortização:_____.

Exaustão:_____.

16. A NBC T 16.11 aborda sobre a implantação do sistema de informação de custos. Este processo está sendo implantado?

() Sim. Em que fase se encontra?_____.

() Não. Por que?_____.

17. Qual sua opinião sobre o sistema de informação de custos na administração pública?

18. O processo de convergência tem atrapalhado o desenvolvimento dos seus trabalhos diários?

() Sim. Em que sentido?_____.

() Não. _____.

29. De acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, parte do processo já estaria implantado e estaria em fase de execução. Partindo dessa afirmação, a prefeitura tem passado

por alguma fiscalização por parte dos órgãos de controle, como por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para saber se isto realmente está acontecendo?
Comente. _____

20. Você acredita que a sociedade está preocupada em fiscalizar a administração pública no que se refere à aquisição e aplicação dos recursos públicos? Por que? _____
E quanto ao Patrimônio Público? _____

21. Quanto à transparência das informações tratada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tem sido divulgado em meios eletrônicos de acesso público as informações dos atos e fatos praticados pela administração pública?

() Sim. Em quais aspectos? _____

() Não. Por quais motivos? _____

22. Você concorda que a contabilidade sempre teve enfoque no orçamento e deixou a contabilidade patrimonial de lado? Por quê? _____

23. Em sua opinião qual a principal função do contador público diante da nova contabilidade aplicada ao setor público? _____

24. Você se considera um profissional atualizado diante da nova contabilidade? _____.
Em quais aspectos? _____

PARTE 3 – DIFICULDADES E DESAFIOS

25. Você tem acompanhado os prazos de implantação da convergência da contabilidade?

26. Quais as maiores dificuldades encontradas na implantação e implementação da nova contabilidade, no que se refere:

- À aquisição de conhecimento (cursos, palestras, seminários): _____

- Ao apoio do gestor (prefeito/a): _____

- Acesso à informações para os usuários: _____

- Equipamentos e programas (softwares): _____

- Equipe de trabalho: _____

- Quantidade de profissionais habilitados: _____

- Critérios e procedimentos de depreciação: _____

- Avaliação e mensuração de ativos de uso comum (ruas, praças, estradas, etc;): _____

27. Em sua opinião, quais os desafios a ser vencidos pela administração pública para que seja bem sucedida a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais?